

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 0600/87

INTERESSADA: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - CENP

ASSUNTO: Encaminha relatório das atividades realizadas através de convênios firmados entre a Secretaria da educação e as Universidades - de São Paulo, Estadual de Campinas, Paulista Júlio de Mesquita Filho, de Bauru, Metodista de Piracicaba, Católica de Campinas e Católica de São Paulo

RELATOR: Cansº. CELSO DE RUI BEISIEGEL

PARECER CEE Nº 1213/87

APROVADO EM 05 / 08 / 87

CONSELHO PLENO

1 - HISTÓRICO:

Em 25 de março do 1987, o então Coordenador da CENP, Professor João Cardoso Palma Filho, encaminhou à Presidência do CEE o Relatório das atividades realizadas no âmbito do Convênio firmado entre a Secretaria da educação e diversas Universidades, com vistas á realização de cursos de extensão cultural destinados ao magistério da rede estadual de ensino de 1º e 2º graus.

2 - APRECIÇÃO

1. Os cursos programados no âmbito de Cconvênio são modulares, correspondendo 30 horas de aula para conjuntura de 25 a 40 professores ou especialistas. Os módulos tem sido oferecidos ou nos cursos escolares, do julho e do início do ano, ou durante o segundo semestre, aos sábados ou em horários não coincidentes com os períodos de trabalho da clientela.

2. Lê-se, no Relatório, que a CENP vem atuando neste processo de especificação de docentes e especialistas, desde 1977. A partir de 1980, optou pela atualização e aperfeiçoamento desse pessoal através de cursos ministrados em convênio com as Universidades. "Desde o estabelecimento dos convênios até o presente momento, esses cursos estão sendo oferecidos em períodos que permitem a frequência de docentes e especialistas, fora de seu horário de trabalho e mediante o recebimento de uma, bolsa-auxílio." (fls.6).

De 1980 A 1985, foram ministrados cursos nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática. A partir de 1984, outros componentes passaram a ser lecionados. O Relatório apresenta minucioso registro dos cursos ministrados:

1980/1983:

ANO	Língua Portuguesa			Matemática			TOTAL
	UNESP	USP	UNICAMP	UNESP	USP	UNICAMP	
1980	07	02	03	06	01	-	13
1981	12	03	04	14	03	05	41
1982	28	14	12	27	02	06	69
1983	29	08	-	23	06	-	66
TOTAL	76	27	19	70	12	11	215
		122			53		

Em seguida, o Relatório registre o movimento dos cursos planejados, em 1984, e realizados em janeiro e fevereiro de 1985, abrangendo, agora, também as componentes Geográficas, História e Ciências:

1984/1985:

UNIVER. SÍDEMS	CAMPUS	L. Portuguesa		Matemática		Geog.		Hist.		Ciê.	
		I, II	I, III	I, II	I, III	I, III	II, III	I, III	I, III		
UNESP	Lásias	03	03						03		
	Araraquara	03	03								
	S.J. Rio Preto	03	03	03	02						03
	Ilha Solteira				01						
	Rio Claro			03	03	03					
TOTAL		09	05	06	06	03	03	03	03		03
USP	São Paulo	03	03	03	02	03		03	03		
	TOTAL GERAL		12	12	09	08	06	06	06		03

Em seguida, registram-se os dados sobre os cursos ministrados de julho de 1985 e janeiro de 1986:

PROCESS

3

Matemática	04	04	02	10
Física	05	04	-	09
Química	05	04	01	10
Biologia	03	02	02	07
Geografia	01	-	-	01
Filosofia	01	01	01	03
Sociologia	01	-	-	01
Psicologia	02	-	-	02
TOTAL	149	255	125	529

UNIVERSIDADES

Universidades Áreas	U.S.I.			UNESP			UNICAMP			TOTAL
	7/5	2S/85	01/6	7/85	2S./85	0/86	7/5	2S.	1/86	
Linguagem Portuguesa	07	03	-	17	0909	01	11	03	01	
Matemática	03	02	-	21	05	-	08	04	01	
História	-	03	02	03	04	-	07	02	-	
Ciências	20	01	03	14	05	05	13	01	02	
Geografia	07	03	-	05	01	-	09	-	08	
Educação Artística	09	-	06	02	-	-	04	-	03	
Educação Física	06	-	-	07	01	-	-	-	-	
Química	-	-	-	-	-	-	07	-	01	
Física	-	-	-	-	-	-	06	-	-	
Biologia	-	-	-	-	-	-	01	-	-	
Total Julho/85	57	-	-	69	-	-	66	-	-	191
29 Set/85	-	12	-	-	25	-	-	10	-	47
Febrero/86	-	-	11	-	-	06	-	-	16	33
TOTAL GERM		80			100			92		272

Para 1986, o Plano de Trabalho Anual prevê a realização de 500 cursos pelas três Universidades Estaduais. A tabela seguinte registra a realização dos cursos:

1986 / 1987

ÁREAS	U.S.I.	UNESP	UNICAMP	TOTAL
Linguagem Portuguesa	19	52	29	99
Matemática	19	58	23	100
Ciências	15	45	18	78
História	11	19	16	46
Geografia	26	15	-	41
Educação	19	44	18	81
Educação Artística	10	04	08	22
Educação Física	06	03	08	19
Química	04	04	02	10
Física	05	04	-	09
Biologia	05	04	01	10
Matemática	03	02	02	07
Geografia	01	-	-	01
Filosofia	01	01	01	03
Sociologia	01	-	-	01
Psicologia	02	-	-	02
TOTAL	149	255	125	529

Há, no Relatório, exposição circunstanciada sobre a evolução do programa, envolvendo informações sobre números de cursos ministrados pelas Universidades por áreas, números de cursos cancelados por falta de procura, etc. No entanto, as informações ora transcritas já possibilitam verificar, por um lado, que a Secretaria, através do convênio, vem ampliando significativamente as oportunidades colocadas à disposição de seus professores e especialistas, por outro lado, alargaram-se os campos de conhecimento trabalhados no programa.

3. Nas "Conclusões", realizando um balanço dos trabalhos, o "relatório" traz as seguintes observações:

"Embora criticada e rotulada, no tocante à política de desenvolvimento de pessoal, como "altamente centralizadora" e "elitista", e CENP, a partir de 1981, quando o Decreto nº 17.329 redefiniu suas funções, atribuindo-lhe a responsabilidade pela elaboração e execução dos programas de desenvolvimento dos professores e especialistas da educação, passou sistematicamente, a diagnosticar as necessidades de aperfeiçoamento e atualização dos educadores. Definida então a competência de quem se responsabilizaria pelo desenvolvimento do pessoal de ensino, considerando que as Universidades Estaduais estavam interessadas e em condições de atender às necessidades da rede estadual de ensino, a CENP optou, como uma das formas de atualização e aperfeiçoamento de docentes e especialistas, pela realização de cursos ministrados em convênio com as Universidades. Assim, de 41 cursos realizados em 1981, cursos estes nas áreas de língua Portuguesa e Matemática, chegamos, no decorrer do ano de 1986 e janeiro de 1987, em colaboração com as Universidades de São Paulo, Estadual de Campinas e Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", à realização de 625 cursos, abrangendo todos os componentes curriculares de 1º e 2º graus. Além destes cursos, mais 32 foram realizados, através das Universidades de Bauru, Metodista de Piracicaba e Pontifícias Universidades Católicas de Campinas e de São Paulo. Estes cursos, acrescidos dos 68 realizados também em colaboração sem as Universidades, no Vale de Ribeira, totalizaram 725 cursos

com duração de 30 horas e 40 vagas. Isto nos leva a um total de 29.000 vagas oferecidas aos docentes e especialistas da educação da rede Estadual de ensino do Estado de São Paulo. Esses número, se comparado ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação, pode parecer insignificante, mas não há como negar ter sido o ano de 1986 marco importante no processo de resgate e valorização de educador.

4. Embora não consto diretamente do Relatório, convém registrar, neste Parecer, algumas observações a propósito das atividades do Convênio sob o ponto de vista da presidência da Comissão Coordenadora do Convênio na USP.

"A participação da USP no Convênio veio sendo ampliada, nos últimos anos, do tal formo, que, em 1986, estão programados cerca de 150 cursos. Com 40 vagas em cada um, seriam atingidos cerca de 6.000 professores. O número de professores abrangidos é, sem dúvida, considerável e tem sido difícil organizar e ministrar todos esses cursos. No entanto, ao mesmo tempo é pequeno, pois 6.000 professores representam muito pouco numa rede que reúne cerca de 260.000 professores. Levaremos, junto com a UNESP e a UNICAMP, ainda muito anos para conseguir oferecer, pelo menos, um curso a todos os docentes da rede. Por outro lado, os cursos do Convênio são modulares; cada um deles tem 30 horas de aula. Ocorre, imediatamente, as perguntas: o que representam 30 horas de aula para um professor com as condições de formação e de trabalho do professorado da rede pública de ensino? Quais seriam as contribuições reais de um curso de 30 horas, para um professorado com uma história de vida sacrificada, com formação bastante deficiente e, mais ainda, qual seria o efeito multiplicador desse curso no interior da escola onde esse professor trabalha? São questões ainda não respondidas e que exigem nossa reflexão.

A Comissão Coordenadora do Convênio e os coordenadores das unidades da USP vêm examinando e discutindo esses e outros problemas, procurando encontrar os procedimentos mais adequados e chegar a propostas alternativas de atuação junto à rede.

Coloca-se, a esse respeito, uma outra questão: os cursos modulares do Convênio têm sido vistos como uma encomenda de serviços da Secretaria da Educação à Universidade. Não é só isso, mas, é principalmente isso. Na verdade, a decisão sobre os conteúdos dos cursos envolve um processo complexo: há propostas de conteúdos procedentes de professores da USP, dos professores da rede e das equipes técnicas da CENP. Em geral, prevalecem as solicitações do pessoal da rede e as orientações da Secretaria. De modo um pouco simplista, seria razoável afirmar que os módulos representam uma forma de atuação e conteúdos curriculares encomendados às Universidades pela Secretaria da Educação.

No entanto, as atividades realizadas nesse Convênio envolveu um grande número de professores da USP, de muitas unidades, constituindo-se um grupo com notável potencial de trabalho. Um grupo como esse, abrangendo, nas várias unidades, professores comprometidos com a melhoria do ensino público, pode fazer bem mais do que vem fazendo. A sistematização de suas experiências e reflexões poderia realmente, conduzir à elaboração de uma proposta da USP, no apoio ao aperfeiçoamento do ensino público.

Coloca-se, também, a questão de procurarmos valorizar esse tipo de atividade dentro da Universidade. O professor Goldemberg, desde sua posse na Reitoria, tem afirmado que a USP deve voltar-se para uma produção de ponta. Concordo integralmente com isso. Mas, é necessário observar que essa produção de ponta não é incompatível com as atividades de apoio ao ensino público. Na produção de ponta cabem as pesquisas do professor Zerbini, por exemplo, no Instituto do Coração, mas incluem-se, também, as pesquisas de Valter Leser e de Ruy Laurenti no desenvolvimento da medicina preventiva. Quero dizer que é possível o trabalho do alto nível, tanto numa direção como na outra, é possível desenvolvermos estudos e pesquisas de ponta, na USP, nesta crucial questão da expansão e da melhoria dos serviços da rede pública de ensino. Não é uma atividade menor. Pelo contrário, exige sólida formação teórica, conhecimentos e compromisso.

A importância do envolvimento da Universidade nessa tarefa torna-se maior, nos últimos anos, em face da própria orientação de política pública no ensino superior. A partir de 70, a participação quantitativa das universidades públicas na preparação dos quadros do magistério diminuiu significativamente, a porcentagem de professores que estamos colocando nas escolas públicas e cada vez mais reduzida. A grande maioria das crianças das classes populares, no Estado de São Paulo, está sendo atendida por professores que já não apresentam o perfil profissional dos docentes da antiga escola pública. Agora, são em grande parte profissionais sacrificados pela sua história de vida, pela sua qualidade de vida e pela sua formação. Nestes termos, o compromisso com a melhoria das condições de vida das classes populares impõe o envolvimento com o apoio ao aperfeiçoamento desses professores. Entendo que esse trabalho se inclui entre as atividades mais relevantes de uma Universidade pública.

Em nossa Comissão estamos, aos poucos, procurando estimular os docentes de todas as unidades Participantes do Convênio a assumirem o problema do ensino público. Além de atuarem nos cursos, os docentes podem orientar suas pesquisas para o melhor conhecimento das realidades da rede. É perfeitamente possível realizarem suas carreiras universitárias e participarem de estudos voltados para o conhecimento do que é o professor do ensino público, quantos são, em quantas escolas trabalham, quais são suas condições de trabalho, qual é sua formação em que escolas superiores estudaram.... enfim, o que é o professor I, o que é o professor de Física, de Matemática, de Português... etc., e quais são suas necessidades no que diz respeito ao aperfeiçoamento profissional. Devemos assumir essa preocupação, em todas as unidades. Algumas já avançaram bastante nessa direção: o Instituto de Física, o Instituto de Matemática e Estatística, mas esse trabalho deve ser desenvolvido em todas as nossas escolas.

Este encontro favorece bastante a realização das aspirações de nossa Comissão. É uma primeira oportunidade de reunião de professores da USP para reflexão e troca de experiências em atividades de apoio ao aperfeiçoamento do pessoal da rede pública de ensino. Estamos programando um seminário semelhante para o final do semestre. Esperamos que esta reunião e aquela que realizaremos logo mais se constituam no ponto de partida para a formulação de uma política abrangente e adequada de envolvimento da USP na necessária melhoria da qualidade da rede pública de ensino.

4. Compreende-se, perfeitamente, assim, que os cursos ministrados no âmbito do Convênio apresetam problemas de aproveitamento das vagas ofertadas, de resultados na formação do educador, do número de professores e especialistas alcançados, etc. Por outro lado, em nenhum momento estas atividades foram apresentadas como uma panacéia para os problemas do ensino no Estado. Mas apresentam muitos aspectos positivos, tanto sob o ponto de vista da rede como sob a perspectiva da Universidade. Enfim, ao empreendê-los, a Secretaria da Educação e as Universidades estão procurando enfrentar as questões colocadas pela difícil integração entre o ensino de 1º e 2º graus.

Finalmente, é preciso assinalar que, isoladamente este esforço pouco poderá produzir quanto à melhoria do pessoal da rede. Faz-se necessário atuar na própria qualidade do ensino ministrado aos candidatos ao Magistrado na escola de 1º e 2º graus.

3 - CONCLUSÃO

Toma-se conhecimento e aprova-se a adequação dos procedimentos registrados no Relatório das atividades realizadas através de convênio firmados entre a Secretaria da Educação e as Universidades do São Paulo, Estadual do Campinas, Paulista Júlio de Mesquita Filho, de Bauru, Metodista de Piracicaba, Católica de Campinas e Católica de São Paulo, com a finalidade de ministrar cursos modulares, de 30 horas, com 40 vagas, para professores e especialistas da rede pública estadual de ensino de 1º e 2º graus.

São Paulo, 17 de junho de 1987.

a) Cons^o. CELSO DE RUI BEISIEGEL

Relator

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 05 de agosto de 1987

a) Cons^o JORGE NAGLE

Presidente